

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.927 - RJ (2019/0165433-9)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MATHEUS PEREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE (PRESO)  
**ADVOGADOS** : TAYANE CARUSO DO VALLE - RJ218979  
GABRIEL MARTINS CRUZ DE AGUIAR PEREIRA - RJ223605  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MATHEUS PEREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido no HC n.º 0013410-62.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito, no dia 09/02/2019, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso VI, da Lei n.º 11.343/2006.

Narra-se, na inicial acusatória (fls. 40-41; sem grifos no original):

*"No dia 09 de fevereiro de 2019, por volta das 11h00min, na rua Lacerda Machado, Comunidade do Brejal, nesta Comarca, o denunciado, o denunciado, consciente e voluntariamente, trazia consigo, em uma mochila, para fins de tráfico, 63g (sessenta e três gramas) de maconha, prensada no formato de um tablete, envolto por plástico, apresentando um adesivo com as seguintes inscrições 'CPX BREJAL CV HIDROPÔNICA DO POPEYE \$100', 111g (cento e onze gramas) de maconha, prensada e distribuídas em 62 (sessenta e dois) filetes envoltos com filme plástico, alguns deles apresentando adesivo com as seguintes inscrições 'CPX BREJAL CV A BRAB 5', e 90g (noventa gramas) de cocaína, acondicionados em 183 (cento e oitenta e três) micro tubos em plástico do tipo 'eppendorf' com as inscrições 'COMPLEXO BREJAL JARDIM BOM RETIRO MARAMBAIA CV PÓ 10'; 'COMPLEXO BREJAL JARDIM BOM RETIRO MARAMBAIA CV PÓ 25', conforme descrito no laudo definitivo de exame de entorpecente anexo, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. No dia 09 de fevereiro, por volta das 11h00min, na rua Lacerda Machado, Comunidade do Brejal, nesta Comarca, o denunciado, consciente e voluntariamente, possuía arma de fogo do tipo pistola, marca Imbel, com calibre 9mm, numeração suprimida, além de 06 (seis) munições do mesmo calibre, descritas no auto de apreensão, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, utilizando-a no exercício da traficância como forma de intimidação difusa e coletiva. Por ocasião da abordagem, além do material entorpecente e da arma de fogo acima descritos, os policiais obtiveram êxito em arrecadar um*

*radiotransmissor na posse do denunciado [...]."*

Inconformada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões deste recurso ordinário, alega-se, em suma, que: a) não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação provisória previstos no art. 312 do Código de Processo Penal; b) o Recorrente é portador de condições pessoais favoráveis; c) é cabível a substituição da custódia por medidas cautelares alternativas, em observância ao princípio da homogeneidade.

Requer-se, em liminar e no mérito, a imediata soltura do Recorrente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Tribunal de origem a respeito da prisão do Acusado (fl. 77; sem grifos no original):

*"Destaque-se que, o Magistrado de piso relatou a gravidade, em concreto, da imputação delituosa, tendo o Juiz da Central de Audiências de Custódia frisado, que o réu teria sido preso na posse de 90g de cocaína (pó), 111g de maconha e 63g de maconha, além de um rádio comunicador, uma arma de fogo Imbel, um componente (carregador) e seis munições, cabendo ser averbado, por oportuno, que em matéria de decretação e manutenção de custódia segregacional provisória, vige o 'princípio da confiança' nos Juízes próximos das provas e pessoas, em causa, com melhor aferição sobre a necessidade ou não da mesma."*

Dessa forma, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento desta Corte é o de que a quantidade e a variedade da droga apreendida, bem como as circunstâncias da prisão, legitimam a prisão processual, **notadamente para assegurar a ordem pública**. Exemplificativamente, cito os seguintes julgados:

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.*

[...]

*2. Embora a quantidade de drogas apreendidas (4,81 g de*

*cocaína, 0, 44 g de maconha e 30,82 g de crack) não seja tão elevada, o Juízo de primeiro grau indicou outros elementos suficientes, por si sós, para embasar a ordem de prisão do paciente, em especial o risco de reiteração delitiva, evidenciado pela diversidade de entorpecentes e sua forma de acondicionamento (só de crack, foram localizadas 100 pedras já prontas para a comercialização) e pelo fato de ser o acusado conhecido no meio policial pelo comércio espúrio, circunstâncias idôneas, por serem harmônicas com os fatos, consoante a jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a imposição da cautela extrema.*

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. *Ordem denegada.*" (HC 504.348/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 05/06/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

2. *Esta Corte Superior possui o entendimento de que é adequada a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na quantidade de drogas apreendidas, bem como nas circunstâncias da prática delitiva, caso esses fatos constituam indícios suficientes de que o agente faz do tráfico de entorpecentes o seu meio de vida.*

[...]

5. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 493.295/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 05/06/2019; sem grifos no original.)

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente para que preste esclarecimentos sobre a prisão processual imposta ao Recorrente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

